

A importância da extensão cultural para as universidades: uma exigência para além da formação profissional

The importance of cultural extension for universities: a requirement beyond professional training

DOI:10.34117/bjdv6n12-331

Recebimento dos originais: 14/11/2020

Aceitação para publicação: 14/12/2020

Deivison De Castro Rodrigues

Especialista

Instituição: Universidade Estadual Do Tocantins - UNITINS

Endereço completo: Rua José Martins 173, Casa 03, Dianópolis-TO

E-mail: profdeivison.adv@gmail.com

Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira

Universidade de Taubaté – UNITAU

Endereço completo: Rua Expedicionário Ernesto Pereira, Portão 2, Taubaté - SP - CEP: 12020-330, Brasil,

E-mail: edsonaaqo@gmail.com

RESUMO

O presente artigo busca analisar um dos elementos curriculares exigidos pelo MEC, qual seja as horas complementares de extensão, mais especificamente sobre extensão cultural, que é um tipo de extensão que as universidades podem proporcionar para os estudantes uma experiência para além da formação profissional. Essa análise teve como foco a importância desse incentivo cultural pelas universidades, que poderia ser a formação de profissionais mais preparados para o mercado de trabalho, para a integração de uma sociedade multicultural, globalizada e que exige criatividade e conhecimentos interdisciplinares.

Palavras-Chaves: Conhecimentos interdisciplinares, Extensão Cultural, Formação de Profissionais.

ABSTRACT

This article seeks to analyze one of the curricular elements required by the MEC, namely the complementary hours of extension, more specifically about cultural extension, which is a type of extension that universities can provide students with an experience beyond professional training. This analysis focused on the importance of this cultural incentive by universities, which could be the formation of professionals more prepared for the job market, for the integration of a multicultural, globalized society that requires creativity and interdisciplinary knowledge.

Keywords: Cultural Extension, Interdisciplinary knowledge, Training of Professionals.

1 INTRODUÇÃO

Imagine uma pessoa que se preocupe apenas com os cuidados do seu coração, entretanto, é displicente em relação aos demais órgãos do seu corpo, deixando-os sem cuidados. É correto imaginar

que cedo ou tarde algum problema vai acontecer com este indivíduo porque o organismo do corpo funciona em conjunto.

A vida acadêmica não é diferente, atualmente há uma grande preocupação das universidades com o desenvolvimento profissional em seus cursos. Com a exigência do mercado de trabalho cada vez mais exigente no que tange à cultura, tecnologia, criatividade, etc. os profissionais que não desenvolverem a interdisciplinaridade vão ficar cada vez mais para trás, profissionalmente falando.

Assim, o presente artigo busca apresentar a importância da extensão cultural, dentro das horas curriculares obrigatórias, para uma formação profissional mais completa, com experiências não acadêmicas que contribuirão para sua existência em sociedade. Ademais, o estudo visa identificar as contribuições da prática de extensão cultural contida no Plano Pedagógico dos seus Cursos – PPC, usando como exemplo o curso de psicologia da UNITAU, que exige o mínimo de 200 horas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACC, conforme se colaciona a seguir:

Carga horária total de aulas de 50 minutos	3.480
Carga horária de aulas (3.480 h/a) convertidas em horas	2.900h
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACC	200h
Estágio Básico (3º e 4º períodos)	120h
Estágio Supervisionado (5º ao 8º períodos)	640h
Trabalho de Graduação – TG	160h
Carga Horária Total do Curso	4.020h

Fonte: PROJETO PEDAGÓGICO Psicologia - Bacharelado | UNITAU | 2016

A extensão cultural proporciona uma prática que vai além das exigências profissionais, por meio de atividades interdisciplinares, leva o acadêmico à experiências de interação social que, juntamente com a extensão profissional, vai prepará-lo para as exigências do atual mercado globalizado.

O objetivo do trabalho está em compreender a importância da extensão cultural para a carga horária curricular no ensino superior e os possíveis benefícios para a formação pessoal e profissional do acadêmico de universidades com essa exigência no PPC¹ dos seus cursos.

O Artigo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica exploratória, com análises de estudos científicos e dados e informações governamentais, além de análise do PPC do curso de Psicologia da Universidade de Taubaté – SP.

Assim, o artigo se justifica pela importância de compreender os efeitos da extensão cultural, nas horas curriculares obrigatórias, para um desenvolvimento mais completo dos acadêmicos, ou seja, de sua formação profissional e também pessoal.

¹ PPC – Plano Pedagógico de Curso.

2 EXTENSÃO ACADÊMICA

A educação é um direito de todos e dever do Estado, é o que diz a CRFB/88:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Esse é o ponto de partida das Universidades, de sua razão de ser. Este artigo é complementado com outra previsão constitucional estabelecida no seu artigo 207:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 1988) (sublinhei).

Falar em ensino superior é falar em ensino, pesquisa e extensão. Cada um representa uma particularidade de um todo, sendo indissociáveis para a concretização dos objetivos educacionais do Brasil.

Nesse sentido, Pivetta, Backes e Carpes, (2010, p. 2) apresenta o ensino, a pesquisa e a extensão de modo integrativo e complementar:

[...] forma-se um ciclo dinâmico e interativo em que a pesquisa aprimora e produz novos conhecimentos, os quais são difundidos por meio do ensino e da extensão, fazendo com que esses três pilares balizadores da formação universitária tornem-se complementares e interdependentes, atuando de forma sistêmica.

Sem o equilíbrio entre os três pontos do ensino superior, a educação estará comprometida, isso porque o ensino denota o conhecimento teórico, a pesquisa são os estudos que esse conhecimento pode proporcionar e a extensão é a prática desse conhecimento, sem harmonia esse tripé não se sustenta.

Muitas vezes as universidades não percebem as transformações que comumente acontecem na sociedade, segundo Pivetta, Backes e Carpes (2010, p. 6):

As sociedades contemporâneas são frequentemente descritas como sociedades do conhecimento. As atividades econômicas, sociais, culturais e outras atividades humanas tornaram-se dependentes de um enorme volume de conhecimento e informação. Mas a importância desse conhecimento não pode ser mensurada somente pelo número de profissionais habilitados que adentram no mercado de trabalho, mas principalmente pelo impacto que a formação deve apresentar sobre o crescimento intelectual e pessoal desse profissional, bem como o benefício que este pode representar para a sociedade.

O conhecimento não deve ser o único enfoque, devem-se buscar também as interações e reflexos desse profissional e o meio social que está inserido. A extensão tem, em grande medida, responsabilidade para mensurar tais efeitos.

Na Lei de Diretrizes Básicas da Educação estabelece o dever do Estado em relação à educação Pública:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...]

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; (BRASIL, 1996).

Nesse contexto entre o ensino e a pesquisa surge a extensão como dosador da prática acadêmica e dos estudos científicos, segundo PAULA (2013, p. 5-6):

Das três dimensões constitutivas da universidade, a extensão foi a última a surgir, seja por isso, seja por sua natureza intrinsecamente interdisciplinar, seja pelo fato de se realizar, em grande medida, além das salas de aulas e dos laboratórios, seja pelo fato de estar voltada para o atendimento de demandas por conhecimento e informação de um público amplo, difuso e heterogêneo, por tudo isso, talvez, as atividades de extensão não têm sido adequadamente compreendidas e assimiladas pelas universidades. (sublinhei).

No Brasil a extensão universitária teve início em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, por volta de 1911 e desencadeou nas demais instituições de nível superior, com muitas tradições europeias. (PAULA, 2013, p. 14).

Segundo PAULA (2013, p. 14-15) houve um marco legislativo no Brasil, sobre a extensão universitária, segundo ele:

A extensão universitária, entre nós, está prevista desde a legislação de 1931 que, mediante o Decreto nº 19.851, de 11/4/1931, estabeleceu as bases do sistema universitário brasileiro. Contudo, não só no Brasil, o processo de institucionalização da extensão universitária continua incompleto, como se viu no documento que convocava para o XI *Congreso Iberoamericano de Extensión Universitaria*, que ocorreu em Santa Fé, na Argentina, no ano 2011 [...]

Daí em diante o conceito foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, tudo com o objetivo de relacionar o ensino, a pesquisa e a extensão.

Atualmente, os objetivos da extensão universitária brasileira consistem em uma série de princípios basilares, segundo PAULA (2013, p. 21) elas são:

- [...]i) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- ii) a interação dialógica com a sociedade;
- iii) a inter e a transdisciplinaridade como princípios organizadores das ações de extensão;
- iv) a busca do maior impacto e da maior eficácia social das ações;
- v) a afirmação dos compromissos éticos e sociais da universidade.

Esses princípios refletem uma necessidade social a ser suprida e uma atuação universitária que não pode ser desprezada, um equilíbrio que resulta em ações universitárias que oxigenam os interesses sociais.

Em outras palavras “Trata-se, essencialmente, de ver a extensão universitária como uma cultura, como uma prática, como um compromisso, indispensáveis à plena realização da universidade como instrumento emancipatório.” (PAULA, 2013, p. 22)

A extensão deve ser entendida como uma forma de relação entre a universidade, o Estado e a sociedade, essa visão apresenta uma melhor abordagem para a construção de uma política nacional de extensão universitária, nesse sentido MACIEL (2012 p. 18-19) apresenta que:

As universidades brasileiras possuem o potencial de superarem a expectativa contida no senso comum de mera produção do conhecimento e de formação de mão de obra qualificada com educação de nível superior. Mais do que isso. As universidades brasileiras possuem a vocação de se engajarem socialmente, problematizando e equacionando a própria sociedade.[...] Nessa perspectiva, é de responsabilidade da própria comunidade acadêmica apresentar a universidade não como mais um problema a espera de solução, e sim como um importante instrumento para o desenvolvimento da educação, da saúde, da cultura e da economia no Brasil.

Cada qual deve entender o seu papel na sociedade, um conhecimento por si só não é nada se não tiver uma aplicação adequada. O Estado deve incentivar e valorizar essa vocação social das universidades por meio da extensão universitária.

O Estado deve contribuir com maiores investimentos para o desenvolvimento dessas atividades de extensão universitárias para a sociedade. O investimento nesse sentido ainda é considerado insuficiente para alcançar os objetivos apresentados. Nesse sentido, MACIEL (2012 p. 25):

A ampliação orçamentária para a extensão universitária observada nos últimos anos, assim como a articulação interministerial capitaneada pelo Ministério da Educação em prol das políticas extensionistas contribuem com a reversão de um quadro de ausência de propostas para o setor, mas ainda não é suficiente para a construção de uma Política Nacional para a Extensão, que demanda ainda avanços na relação com a sociedade, no financiamento e nas áreas de gestão e concepção acadêmica no âmbito das universidades, bem como a determinação de diretrizes e metas estabelecidas a partir do diálogo com a sociedade.

Assim, os avanços ainda estão longe de alcançarem os resultados pretendidos, no entanto, o que fica é o entendimento de que a extensão universitária é essencial para a sociedade, bem como para a formação acadêmica.

As instituições têm unido forças para o fortalecimento das ações de extensão universitária com o intuito de demonstrar sua importância para a sociedade, bem como despertar o interesse público para investimento.

Em 2012 houve, em Manaus – AM, o Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira sobre a Política Nacional de Extensão Universitária. Nesse evento verificou-se um aumento de adesão das universidades ao programa:

A adesão de instituições públicas de educação superior não integrantes do FORPROEX a esta Política denota seu compromisso com o conceito, diretrizes, princípios e objetivos da Extensão Universitária por ela estabelecidos, e com os valores civilizatórios que orientaram sua construção. Com esse escopo, tal compromisso é passível de convivência harmoniosa com o princípio da autonomia universitária, não subtraindo das Universidades Públicas a liberdade de decidir sobre seus programas e ações de Extensão Universitária específicos. Os mencionados conceito, princípios, diretrizes e objetivos constituem uma referência nacional para o debate sobre a Extensão Universitária e sua (re) construção e aprimoramento contínuos. Nesse sentido, eles podem e devem mudar de forma a permanecerem em consonância com as mudanças que se fizerem no âmbito da sociedade e da própria Universidade Pública brasileira. (FORPROEX, 2012, p. 7-8)

A importância da extensão universitária vem crescendo e ganhando importância no meio acadêmico, bem como na sociedade, ela deve ser entendida como forma de transformação social e também profissional. De acordo com MARIA S. S. DESLANDES; ÁLISSON R. ARANTES (2017, p. 180):

[...]as Instituições de Ensino Superior não só devem formar profissionais, mas devem incentivar e estender suas habilidades para além da faculdade, angariando mais conhecimento profissional e vivência social. Infelizmente, mesmo com a clareza da lei, muitas instituições não oferecem programas voltados a integração do aluno com a comunidade, como por exemplo, as práticas de extensão.

Focar em formação profissional é um erro grave que uma universidade pode cometer. Os motivos são vários, dentre os quais a ausência de expansão do conhecimento acadêmico, atuação na sociedade, etc. As metas governamentais para a extensão universitárias estão distantes do que se espera, essa é a informação apresentada por MARIA S. S. DESLANDES; ÁLISSON R. ARANTES (2017, p. 180):

[...] o Plano Nacional de Educação, meta 2011 a 2020, enviado pelo Governo ao Congresso Nacional em dezembro de 2010, que esclarece: ‘Assegurar no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária’. Como percebido o Brasil caminha, talvez a passos lentos, em busca da primazia da extensão universitária.

O problema maior apresentado é que a maioria dos jovens não se sente preparados para enfrentar o mercado de trabalho, que seria diferente se houvessem maiores investimentos e preocupações para desenvolver a extensão universitária.

‘A graduação é um dos itens fundamentais para o mercado de trabalho, mas para muitos recém-graduados, insuficiente para começar a vida profissional’, é o informado em uma matéria divulgada pelo Ecaderno.com – Portal do conhecimento. Cerca de 70% dos jovens entre 18 e 30 anos, em pesquisa realizada em 6 capitais brasileiras em 2015, dizem não se sentirem preparados para enfrentar o mercado de trabalho. A prática é o maior aliado para o aperfeiçoamento da aprendizagem acadêmica, e os projetos de extensão ajudam a aprimorar o conhecimento adquirido ao longo da graduação, além de melhorar a autoconfiança, proporcionar o conhecimento profissional na área escolhida, melhorando o currículo e aumentando as chances para o mercado de trabalho. (DESLANDES; ARANTES, 2017).

É como o velho ditado: “a prática leva à perfeição”, logo, se não há prática, não há confiança para se desenvolver um trabalho de qualidade.

O alcance da idéia de formação integral não se restringe em atender o mercado de trabalho. Visa uma dimensão muito mais ampla, pois ensino, pesquisa e extensão deverão ser indissociáveis, no sentido de desenvolver a noção de cidadania, permitindo atender às demandas da sociedade (Forgrad, 2000). Fundamenta-se numa proposta acadêmica de formação científica, profissional e cidadã, comprometida com um processo de emancipação humano de modo a contribuir, por meio da prática dos direitos e deveres sociais, para a conquista e garantia da qualidade de vida para todos. (MARTINS *apud* FORGRAD, 2008, p. 204).

A formação integral e trabalho de extensão devem ser desenvolvidos para a ação social, ou seja, para desenvolver a comunicação, autonomia, raciocínio e envolvimento da dimensão humana que vá além dos limites de mercado. (MARTINS, 2008, p. 204).

Ademais, segundo SANTOS (2014, p. 160) as contribuições da extensão universitária para a aprendizagem profissional deve estar relacionada com o ensino e a pesquisa:

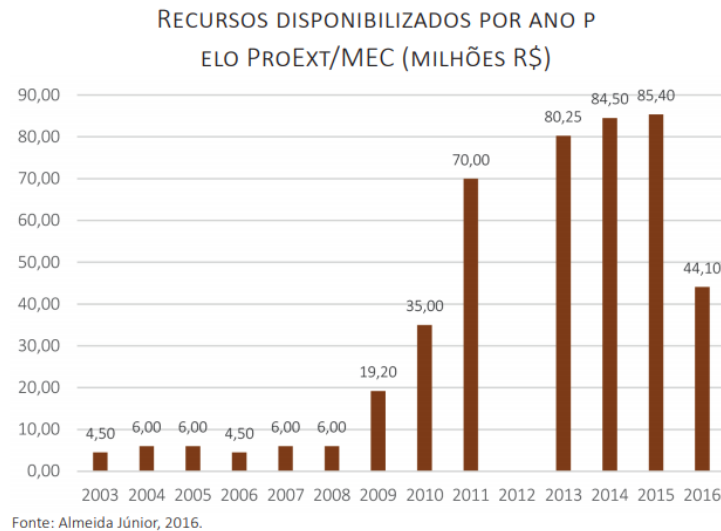
No que diz respeito à extensão universitária, em específico, é essencial que esta esteja diretamente relacionada ao ensino e a pesquisa, bem como em consonância com os projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação ofertados pelas instituições públicas ou privadas de Ensino Superior, cujos enfoques devem estar direcionados à formação e aprendizagem profissional abrangendo dimensões de caráter filosófico, histórico, epistemológico, ético e técnico-operativo. Para atuar no mercado de trabalho, o perfil do profissional a ser formado, inclusive via contribuições da extensão universitária, deve ser daquele que constrói uma metodologia de intervenção a partir do domínio teórico e crítico-reflexivo do processo histórico de construção da realidade social que possibilite apreender seu objeto de intervenção, enquanto expressão particular da questão social. Essa intervenção, por sua vez, precisa ser planejada e capaz de enfrentar as determinações conjunturais da sociedade, tendo como pressuposto o reconhecimento da singularidade dos sujeitos sociais (experiências de vida, necessidades e potencialidades).

A extensão universitária é o ponto central de aperfeiçoamento profissional dos acadêmicos, é o liame entre a teoria e a prática, que é um enorme e significativo progresso cultural, econômico e político para o país. (SANTOS, 2014, p. 160).

Ocorre que os resultados acadêmicos na formação profissional nem sempre trazem as transformações desejadas, segundo MENDES (2009, p.1) “Não é um diploma que tira uma pessoa da miséria”, a justificativa seria porque o ensino, a pesquisa e a extensão possuiriam maior alcance na sociedade quando estiverem aliados às políticas públicas voltadas para a educação.

Essa presença social também pode ser evidenciada com as devidas preocupações em fortalecer a extensão no campo da ciência. De acordo com um estudo realizado sobre os editais de fomento para a extensão no país: o Programa de Extensão Universitária (ProExt) – parceria entre o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Cultura (MinC) e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das

Universidades Públicas Brasileiras (Forproex); entre os anos de 2009 e 2016, verificou-se a quantidade de recursos destinados para projetos de extensão (INCROCCI; ANDRADE, 2018, p. 199):



O gráfico é muito claro para inferir que o investimento em projetos de extensão tem sido aumentados gradativamente, tendo uma queda em 2016. Isso representa uma preocupação com a formação universitária e com a formação desses profissionais, além de levar à sociedade a aplicação desse conhecimento oferecido pelo Estado.

Se a sociedade não for beneficiada, significa dizer que a extensão não obteve resultado. Um ponto importante que se deve ter conhecimento é se a comunidade conhece o papel da universidade, conhecer os projetos desenvolvidos, ouvir a comunidade sobre que tipo de estudos a extensão universitária poderia realizar, conhecer as dificuldades e as facilidades para o desenvolvimento das atividades de extensão (FERNANDES; SILVA; MACHADO; MOREIRA, 2012, p.176-190).

A extensão universitária possui um grande propósito na formação profissional dos acadêmicos e no desenvolvimento de projetos para o benefício da sociedade, ademais, muito se discute sobre a sua importância para a formação pessoal desses acadêmicos para a vida em sociedade por meio da exigência de extensão cultural universitária, em horas curriculares obrigatórias.

3 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS - AACC

Por meio de informações do site do Ministério da Educação, há o acesso ao parecer N.º: CNE/CES 67/2003 estabelece um referencial para as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para os cursos superiores do país. Nesse parecer diz que as diretrizes devem contemplar, dentre outros, “f- Estágios e atividades complementares”. Por meio da resolução CNE/CES n.º 2/2007, apresenta que tais

atividades complementares devem ter uma quantidade mínima de horas e quais os procedimentos necessários para à integralização e duração dos cursos de graduação, presenciais.

O aperfeiçoamento das relações sociais, numa dimensão técnica e cultural transforma e condiciona a forma de atuar do profissional. É correto dizer que é muito mais do que colocar o acadêmico na prática profissional, isto é, possibilita a convivência do amor com o autoconhecimento e conhecimento dos demais (MARTINS, 2008, p. 207).

Segundo MARTINS (2008, p. 203), a extensão cultural está dentro da extensão universitária, a diferença é que esta busca o aperfeiçoamento prático dos universitários em suas respectivas atividades profissionais na medida em que buscam atender alguma necessidade da sociedade, enquanto aquela tem como objetivo a prática de atividades culturais pelos acadêmicos, demonstrando que a universidade não se preocupa apenas com conhecimento e formação profissional, mas também elementos que proporcionem uma qualidade de vida aos futuros profissionais.

Não há um padrão do que poderia ser exigido, além disso, nem todas as universidades possuem uma preocupação em desenvolver atividades não relacionadas à formação profissional dos acadêmicos.

No entanto, algumas universidades e outras IES² tem buscado o oposto, qual seja a formação profissional e também uma formação pessoal, voltado para aspectos não profissionais. As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais usa a interdisciplinaridade para mergulhar o acadêmico em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Por meio da interdisciplinaridade há um maior aprofundamento temático, em temas diversos dos cursos, a serem explorados pelos acadêmicos. Um exemplo é o PROJETO PEDAGÓGICO Renovação de Reconhecimento Curso de Psicologia - Bacharelado Semestral PPC PSICOLOGIA – UNITAU (2016, p. 100), em que é exigido que o acadêmico cumpra duzentas horas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais:

As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais são componentes curriculares obrigatórios e têm como objetivo geral ensinar aos alunos a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, constituídas por atividades de ensino, pesquisa e extensão. As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, com carga horária total mínima de 200 (duzentas) horas, deverão ser cumpridas pelo aluno no decorrer do curso, conforme Deliberação CONSEP nº 90/2015 e a Deliberação CONSEP nº 91/2015. A cada semestre, o aluno deverá apresentar atividades diversificadas de forma a equilibrar os interesses das áreas acadêmica, científicas e culturais das AACC.

Vale destacar que a referida instituição foi escolhida como exemplo em razão de sua desenvoltura para o processamento e tratamento dos dados apresentados pelos acadêmicos (PPC

² Instituições de Ensino Superior

PSICOLOGIA – UNITAU, 2016, p. 99-100), sobre horas complementares, e também pela amplitude de atividades AACC, conforme se vê a seguir.

Essas atividades são divididas, no caso da UNITAU³, em sete grupos de atividades, segue abaixo o inciso V, que é mais voltado para atividades culturais:

São Atividades Acadêmico-Científico-Culturais para fins de integralização da carga horária do currículo pleno do curso de Psicologia:

V - Atividades e Eventos Sócio-político-culturais: Participação em trabalhos voluntários em ONGs e instituições diversas; Filmes; Peças teatrais, Leitura de livros; Visita a Exposições culturais e museus; Participação como mesário em Eleições; Doação de sangue; Representação Estudantil em Diretório Acadêmico. (PPC PSICOLOGIA – UNITAU, 2016, p. 99). (Sublinhei).

Parando para fazer uma análise crítica, a finalidade acima apresentada em nada se relaciona com as atividades de formação profissional do acadêmico, ao menos não diretamente, o que leva a questionar sobre a importância de tal exigência.

De acordo com o PPC PSICOLOGIA – UNITAU (2016, p. 100) as AACC – “Atividades Acadêmico-Científico-Culturais são componentes curriculares obrigatórios e têm como objetivo geral ensinar aos alunos a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, constituídas por atividades de ensino, pesquisa e extensão”.

Olhando especificamente as exigências de Filmes, Peças teatrais, Leitura de livros, Visita a Exposições culturais e museus, Participação como mesário em Eleições e Doação de sangue, fica claro dizer que a preocupação está na formação cultural e solidária do acadêmico. Ora, as preocupações do dia-a-dia são tão grandes na sociedade atual que poucos se acham com tempo para buscar entretenimento de qualidade ou mesmo voluntariado.

Olhando o exemplo da leitura, como extensão cultural, segundo SABINO (2008, p.1):

A leitura reflexiva representa uma das boas vias para entender a realidade. Ler um texto não acompanhado de reflexão não constitui caminho para o entendimento da realidade. Quantas vezes se lê mecanicamente e, no final da leitura, não se consegue resumir as principais ideias que o texto pretende transmitir. Assim, não basta tirar informação de um texto. Além do entendimento do texto, a passagem a um outro estado de leitura é requerido: a crítica ao mesmo, com base em pressupostos diferentes, buscando novas inferências e novas implicações. É preciso proceder à sua análise crítica, o que requer operações mentais mais complexas do que a simples recepção de informação. Ler e reflectir sobre o que se lê à medida que se lê é essencial para a produção de conhecimento

Outro ponto, no que diz respeito à extensão cultura de doação de sangue, segundo reportagem da BBC – NEWS (BARRUCHO, 2015, p.1) apresenta:

³ Universidade de Taubaté –SP

Conhecidos mundialmente pela simpatia com que tratam o visitante estrangeiro, os brasileiros são menos solidários com seus semelhantes — pelo menos quando o assunto é doar sangue. Dados da ONU apontam que o Brasil, apesar de coletar o maior volume em termos absolutos na América Latina, doa proporcionalmente menos do que outros países da região, como Argentina, Uruguai ou Cuba.

As estimativas, referentes ao período entre 2012 e 2013 e obtidas com exclusividade pela reportagem da BBC Brasil, fazem parte de um estudo ainda não publicado pela OPAS (Organização Pan-Americana de Saúde), braço da OMS (Organização Mundial de Saúde) nas Américas.

Quando se analisa a totalidade de doações no continente americano, o país também fica atrás de Estados Unidos e Canadá.

Essa é a maior importância do tema, qual seja demonstrar ao acadêmico a necessidade de desenvolvimento cultural para sua existência em sociedade, como a leitura, que beneficia quem o faz, bem como a importância de trabalhos voluntários como doação de sangue, que beneficia a sociedade.

É muito comum identificar instituições com resistência a projetos que promovam o incentivo da cultura por meio de seus planos de curso. Segundo (MANCEBO, s.d., p. 3-4):

Uma das características das sociedades contemporâneas é precisamente o caráter difuso desses mecanismos de regulação e controle, dispersos que estão em uma ampla série de instituições e dispositivos da vida cotidiana, normatizando, disciplinando e regulando pessoas e as populações. A partir desta concepção, os instrumentos administrativos, discutidos em partes anteriores deste trabalho, devem ser entendidos como formas de mudança nas culturas das instituições de ensino superior e de produção de novas subjetividades mais afeitas às novas regras. [...] Considero, no entanto, que o aspecto cultural envolvido ademais em qualquer mudança, é onde se localiza hoje nossas maiores possibilidades de resistência e é exatamente onde o governo vem encontrando maiores dificuldades para implementar suas propostas. (sublinhei).

O grande problema da falta de desenvolvimento cultural, por meio da extensão universitária, na formação do professor foi o que levou a analisar a necessidade de intervenções interdisciplinares que fossem capazes de mudar a realidade do ensino tradicional. (Silva; *et al*, 2012, p. 94-95 *apud* TARDIF *et al.*,1999; ALARCÃO, 2001).

A verdade é que a importância da extensão universitária, indiretamente a extensão cultural, vem sendo reconhecida por meio de incentivos e recursos do Estado. Nesse sentido, o fortalecimento da extensão no campo científico, dentro da análise dos editais ProExt/MEC pode-se verificar que houve um significativo investimento, conforme se verifica (INCROCCI; ANDRADE, 2018, p. 202-203):

PROJETOS PROEXT/MEC POR LINHA TEMÁTICA EM % (2009/2016)

Linha de projeto	Projetos aprovados
Articulação e participação social	30
Tecnologia e inovação para a inclusão social	94
Comunicação	88
Cultura e arte	255
Desenvolvimento agrário	24
Desenvolvimento regional: inclusão produtiva, defesa civil e acesso à água	25
Desenvolvimento rural	189
Desenvolvimento urbano	174
Direitos humanos	148
Educação	459
Educação, desenvolvimento social e saúde	262
Esporte e lazer	91
Garantia dos direitos das mulheres em situação de violência	7
Geração de trabalho e renda por meio da incubação de empreendimentos	221
Gestão cultural, economia da cultura e desenvolvimento das linguagens artísticas	62
Inclusão produtiva e desenvolvimento regional	13
Justiça e direito do indivíduo privado de liberdade	26
Juventude	18
Meio ambiente e recursos naturais	81
Modernização da gestão pública	6
Mulheres e relações de gênero	116
Pesca artesanal e aquicultura familiar	130
Preservação do patrimônio cultural brasileiro	227
Promoção da igualdade racial	79
Promoção da saúde	322
Redução das desigualdades sociais e combate à extrema pobreza	118
Redução das desigualdades sociais e promoção da inclusão produtiva	17
Relação entre Estado e sociedade, promoção da participação social	13
Saúde	116
Tecnologias para o desenvolvimento social	60
Trabalho, emprego e incubação de empreendimentos econômicos solidários	67

Fonte: Elaboração própria com base no resultado dos editais ProExt/MEC, 2016.

Os cinco maiores investimentos em projetos estão: “1º educação (459); 2º promoção da saúde (322); 3º educação, desenvolvimento social e saúde (262); 4º cultura e arte (255); e 5º preservação do patrimônio cultural brasileiro (227)”, assim, cultura e arte estão dentre as melhores posições.

É importante a presença da interdisciplinaridade da extensão cultural, com a pesquisa e formação de trabalhadores para haver uma formação completa dos universitários. Nesse sentido, de acordo com (Mueller; Bianchetti; Jantsch, 2008, p. 179)

Capacidade de trabalhar em equipe, abertura a trocas, sociabilidade, colaboração, comunicação permanente são, entre outras, características que se prescrevem e se esperam de quem pretende ingressar no chamado mercado de trabalho. Quanto àqueles que lutam por manter-se empregados ou pretendem desenvolver a sua empregabilidade, prescreve-se que estejam disponíveis para aprender constantemente, via educação permanente, ou preocupando-se sempre em materializar o princípio do aprender a aprender, inclusive na própria ambiência de trabalho emprego, dado que cada vez mais as empresas estão sendo elevadas à condição de escolas ou organizações de aprendizagem.

Segundo MACIEL, (2010, p. 21) sobre a nova formatação da extensão, a vida acadêmica não pode se resumir à universidade, deve haver uma participação efetiva na sociedade:

De acordo com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (2001), esse novo tipo de extensão - que supera a compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais) - aponta para uma concepção de universidade em que a relação com a população, com o Estado e com as empresas passa a ser encarada como a oxigenação necessária à vida acadêmica – ou seja, a extensão transforma-se em elemento inovador do ensino de graduação e resulta na democratização do conhecimento e na participação efetiva da comunidade na universidade.

Por fim, o que se percebe com a extensão cultural, por meio de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais, é que é necessária para a sociedade, mas principalmente para a formação pessoal do acadêmico, essa exigência tende a criar uma geração de profissionais, não apenas capazes em suas profissões, mas também pessoas culturais, que apreciam a música e a leitura, elementos fundamentais para uma qualidade de vida considerável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão é parte do ensino e da pesquisa, devem atuar em conjunto e de forma equilibrada. A Constituição brasileira e a legislação decorrente identificam a o Ensino, a Pesquisa e a Extensão como integrantes da base curricular das Universidades e IES.

É por meio da Extensão universitária que os acadêmicos terão maior desenvolvimento com a prática profissional, também é por meio dela que a sociedade se beneficia de seus projetos e serviços.

Dentro da Extensão, percebeu-se a extensão cultural, que geralmente é exigido em forma de carga horária complementar obrigatória, por meio de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACC. Dentre suas atividades estão todas aquelas voltadas para o desenvolvimento não profissional, em especial a formação cultural do universitário.

As atividades que podem ser desenvolvidas na AACC podem ser de visitas à museus, eventos culturais como teatro música etc., leitura de livros, doação de sangue e medula óssea, voluntário como mesário de eleições, dentre outras.

O objetivo da extensão cultural é a possibilidade de desenvolver o acadêmico além do que se espera de uma universidade, ou seja, para além das práticas profissionais. Ele trata com seriedade que deve haver um incentivo para o desenvolvimento pessoal do universitário, o foco de sua inserção no mercado de trabalho não deve ofuscar a importância de inseri-lo na sociedade. Outro ponto importante é a possibilidade de demonstrar o voluntariado como ferramenta importante para a existência em sociedade.

Por fim, o presente artigo buscou dar notoriedade à extensão cultural como forma de aperfeiçoamento acadêmico para a vida em sociedade. Ademais, também buscou ser ponto de partida para o desenvolvimento de novos estudos e dados para a promoção e desenvolvimento acadêmico das universidades do país.

REFERENCIAL

BARRUCHO, L. G. O que falta para o Brasil doar mais sangue? BBC - NEWS. **BBC - NEWS**, 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150812_sangue_doacoes_brasil_lgb. Acesso em: 14 maio 2019.

BRASIL. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**. Perguntas frequentes sobre educação superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/perguntas-frequentes>. Acesso em: 29 junho. 2019.

BRASIL, S. F. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. PRESEIDÊNCIA DA REPÚBLICA**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 maio 2019.

BRASIL, S. F. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 05 maio 2019.

FORPROEX, F. D. P.-R. D. E. D. U. P. B. Política Nacional de Extensão Universitária. **PROEX**, 2012. Disponível em: <http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 06 maio 2019.

INCROCCI, Lígia Maria de Mendonça Chaves; ANDRADE, Thales Haddad Novaes de. O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC. Soc. estado. [online]. **SciELO**, 2018. ISSN 0102-6992. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-69922018000100187&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 maio 2019.

MACIEL, L. R. **POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO: PERSPECTIVAS PARA A UNIVERSIDADE BRASILEIRA. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras**, p. 17-27, 2012. ISSN 1677-1893. Disponível em: <http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 06 maio 2019.

MANCEBO, D. **AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA: REFORMAS PROPOSTAS E RESISTÊNCIA CULTURAL. AMPED11**, s.d. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/20/MANCEBO.htm>. Acesso em: 11 maio 2019.

FERNANDES, Marcelo Costa; SILVA, Lucilane Maria Sales da; MACHADO, Ana Larissa Gomes; MOREIRA, Thereza Maria Magalhães. **UNIVERSIDADE E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A VISÃO DOS MORADORES DAS COMUNIDADES CIRCUNVIZINHAS. SciELO - Educação em Revista**, 2012. ISSN 0102-4698. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000400007. Acesso em: 08 maio 2019.

DESLANDES, Maria S. S.; ARANTES, Álisson R.. A extensão universitária como meio de transformação social e profissional. **Periodicos PUCminas Revista SINAPSE MÚLTIPLA**, 2017. ISSN 2316-4514. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/sinapsemultipla>. Acesso em: 07 maio 2019.

MARTINS, E. D. F. Extensão como componente curricular: oportunidade de formação integral e de solidariedade. **Ciência & Cognição - Revista Interdisciplinar de Estudos da Cognição**, 2008. ISSN 1806-5821. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/232>. Acesso em: 07 maio 2019.

MENDES, C. "Não é um diploma que tira uma pessoa da miséria". **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA**, 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=256&catid=90&Itemid=9. Acesso em: 13 maio 2019.

PAULA, J. A. D. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **INTERFACES**, Minas Gerais, p. 19, junho-novembro 2013. ISSN 2318-2326. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/5/pdf>. Acesso em: 06 maio 2019.

PIVETTA, H. M. F.; BACKES, D. S.; CARPES, A. Ensino, pesquisa e extensão universitária: em busca de uma integração efetiva. **Linhas Críticas - Revista da Faculdade de Educação - UnB**, p. 14, 2010.

MUELLER, Rafael Rodrigo; BIANCHETTI, Lucídio; JANTSCH, Ari Paulo. INTERDISCIPLINARIDADE, PESQUISA E FORMAÇÃO DE TRABALHADORES As interações entre o mundo do trabalho e o da educação. **Revista - Educação Sociedades & Culturas**, 2008. Disponível em: https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC27/27_rafael.pdf. Acesso em: 12 maio 2019.

SABINO, M. M. D. C. D. Importância educacional da leitura e estratégias para a sua promoção. **Revista RIEOEI - Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI)**, 2008. ISSN 1681-5653. Disponível em: <https://rieoei.org/jano/2398Sabino.pdf>. Acesso em: 09 maio 2019.

SANTOS, M. P. D. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ESPAÇO DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL E SUAS RELAÇÕES COM O ENSINO E A PESQUISA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Extensio UFSC - Revista Eletrônica de Extensão**, 2014. ISSN 1807-0221. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2014v11n18p33>. Acesso em: 07 maio 2019.

SILVA, Sheila Aparecida Pereira Dos Santos; MELO, Luciene Farias de; NUNES, Hugo Cesar Bueno; MOURA, Sara de. Atividades acadêmico-científico-culturais na formação do profissional de Educação Física. **Scielo**, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/motriz/v18n1/v18n1a10.pdf>. Acesso em: 11 maio 2019.

UNITAU, D. D. P.-. PROJETO PEDAGÓGICO Renovação de Reconhecimento Curso de Psicologia - Bacharelado Semestral. **UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ - Departamento de Psicologia**, 2016. Disponível em: http://www.unitau.br/files/arquivos/category_153/PROJETO_PEDAGOGICO_PSICOLOGIA_UNITAU_2016_1482254566.pdf. Acesso em: 08 maio 2019.